

O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL: DINÂMICAS DE UMA INTERVENÇÃO POLÍTICA¹

Ana Alice Alcantara Costa

Resumo: Neste trabalho busco dar conta das mudanças, das novas demandas, dos novos enfrentamentos, das contradições vivenciadas nos últimos trinta anos pelo feminismo brasileiro enquanto movimento social. Parto do princípio de que o movimento feminista brasileiro, não acontece isolado, de forma homogênea, alheio ao contexto mundial e por isso estabeleço aqui laços e relações com os feminismos latino-americanos e com as novas dinâmicas hoje, presentes em contextos mais amplos, supranacionais. Refletir sobre as lutas, as novas dinâmicas e desafios desse movimento no Brasil é o objetivo central deste trabalho.

Palavras-chave: feminismo; mulheres; autonomia.

É comum ouvir entre amigos (geralmente em uma mesa de bar), ou nos meios de comunicação brasileiros, que o movimento feminista acabou. Acredito que essa é também uma afirmação comum em muitos outros países, em especial da América Latina. Eu sempre respondo: o feminismo enquanto movimento social nunca esteve tão vivo, tão mobilizado, tão atuante como nesse início de século, de milênio. Talvez tenha mudado de cara, já não “queima sutiã”, raramente faz passeata e panfletagem, o que não significa dizer que tenha perdido sua radicalidade, abandonado suas lutas, se acomodado com as conquistas obtidas ou mesmo se institucionalizado.

O feminismo brasileiro, e também o mundial, de fato mudou, e não mudou somente em relação àquele movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mudou também em relação aos anos 1960, 1970, até mesmo 1980 e 1990. Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz.

Neste trabalho, busco dar conta dessas mudanças, das novas demandas, dos novos enfrentamentos, das contradições vivenciadas nos últimos 30 anos pelo feminismo brasileiro enquanto movimento social. Para construir esse caminho, retorno para antes dos anos 1970, vou para o início do século XIX em busca da origem, das experiências, das lições, do nosso passado e da contribuição das nossas antecessoras, para demarcar nossos avanços em relação ao “novo” feminismo, objeto deste trabalho. Porém, o movimento feminista brasileiro não acontece isolado, alheio ao contexto mundial e, por isso, aqui, estabeleço laços e relações com o feminismo latino-americano e com as novas dinâmicas hoje presentes em contextos mais amplos, supranacionais. Refletir sobre as lutas, as novas dinâmicas e desafios do movimento feminista no Brasil é o objetivo central a que aqui me proponho.

No entanto, enquanto feminista militante e inserida nesse contexto, este trabalho é um exercício de reavaliação e de auto-reflexão dessa prática e é por isso que essa proposta tem como peculiaridade o fato de que sua autora é também sujeito dessa ação, participou ativamente de muitos relatos aqui apresentados, e portanto, é parte do próprio objeto de reflexão, no qual é impossível separar a vida cotidiana da mulher militante, com seus desejos, frustrações e expectativas sobre os rumos do movimento, da acadêmica e seu objeto de análise.

O feminismo, enquanto movimento social é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das idéias iluministas² e das idéias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. Nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da

Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista.

Após um pequeno período de relativa desmobilização, o feminismo ressurgiu no contexto dos movimentos contestatórios dos anos 1960, a exemplo do movimento estudantil na França, das lutas pacifistas contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos e do movimento hippie internacional que causou uma verdadeira revolução nos costumes. Ressurgiu em torno da afirmação de que o “pessoal é político”, pensado não apenas como uma bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político. Vai, portanto, romper com os limites do conceito de *político*, até então identificado pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais que aí acontecem. Isto é, no campo da *política* que é entendida aqui como o uso limitado do poder social.

Ao afirmar que “o pessoal é político”, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política.

Ao utilizar essa bandeira de luta, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificadas como meramente pessoais. Essa bandeira, para Carole Pateman,

[...] chamou a atenção das mulheres sobre a maneira como somos levadas a contemplar a vida social em termos pessoais, como se tratasse de uma questão de capacidade ou de sorte individual [...] As feministas fizeram finca-pé em mostrar como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de “esposa”, por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem-estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto, os problemas “pessoais” só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas (PATEMAN, 1996, p. 47).

O movimento significou uma redefinição do poder político e da forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder a as formas em que é exercido. Esse é o seu caráter subversivo (LEON, 1994, p. 14). Ao trazer essas novas questões para o âmbito público, o feminismo traz também a necessidade de criar novas condutas, novas práticas, conceitos e novas dinâmicas. Um exemplo tem sido toda a crítica ao modelo de cidadania universal e, conseqüentemente, a contribuição do feminismo na elaboração do moderno conceito.³

O movimento feminista, apesar de inserir-se no movimento mais amplo de mulheres,⁴ distingue-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado, e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não-existência de esferas de decisões hierarquizadas (ÁLVAREZ, 1990, p. 23).

O feminismo bem-comportado

No Brasil,⁵ bem como em vários países latino-americanos, a exemplo do Chile, Argentina, México, Peru e Costa Rica, as primeiras manifestações aparecem já na primeira metade do século XIX, em especial através da imprensa feminina, principal veículo de divulgação das idéias feministas naquele momento.⁶

Em fins do século XIX, as mulheres brasileiras incorporadas à produção social representavam uma parte significativa da força de trabalho empregada, ocupavam de forma cada vez mais crescente o trabalho na indústria, chegando a constituir a maioria da mão-de-obra empregada na indústria têxtil.⁷ Influenciadas pelas idéias anarquistas e socialistas trazidas pelos trabalhadores imigrantes espanhóis e italianos, já se podiam encontrar algumas mulheres incorporadas às lutas sindicais na defesa de melhores salários e condições de higiene e saúde no trabalho, além do combate às discriminações e abusos a que estavam submetidas por sua condição de gênero. Na primeira década do século XX, existiam organizações feministas socialistas, anarquistas e liberais em vários países da América Latina. Na maioria desses países, os processos de organização das mulheres ocorreram simultaneamente ao processo de organização das classes populares, fortemente influenciadas pelo pensamento socialista e anarquista de caráter internacional (VALDÉS, 2000; MOLYNEUX, 2003).

Geralmente essas organizações se autodenominavam feministas, discutiam e propagavam os direitos da mulher. Quase todos os congressos de mulheres da época se declaravam feministas, e esse era um tipo de iniciativa freqüente no movimento, muitos deles de caráter internacional como foi, em 1906, o Congresso Internacional do Livre Pensamento organizado pelo Centro Feminista de Buenos Aires, e o Primeiro Congresso Internacional Feminista, realizado também na Argentina, em 1910. Em 1916, outro Congresso Feminista é realizado, desta vez, em Yucatán, no México. O eixo articulador desses congressos é a demanda pela igualdade jurídica e o direito ao voto.

No Brasil, merece destaque a criação do Partido Republicano Feminista, pela baiana Leolinda Daltro, com o objetivo de mobilizar as mulheres na luta pelo sufrágio, e a Associação Feminista, de cunho anarquista, com forte influência nas greves operárias de 1918 em São Paulo. As duas organizações foram muito ativas e chegaram a mobilizar um número significativo de mulheres.

A partir dos anos 1920 a luta sufragista se amplia, em muitos países latino-americanos, sob a condução das mulheres de classe alta e média, que através de uma ação direta junto aos aparelhos legislativos, logo conquistam o direito ao voto. Assim foi no Equador, em 1929, o primeiro país da região a estabelecer o voto feminino; No Brasil,⁸ Uruguai e Cuba no início dos anos 1930; e na Argentina e Chile, logo após o final da Segunda Guerra mundial. As mulheres do México, Peru e Colômbia só vão conquistar o voto na década de 1950. A partir da conquista do direito de voto, o movimento feminista entra em um processo de desarticulação na grande maioria dos países latino-americanos, acompanhando a tendência ocorrida nos Estados Unidos e Europa (JAQUETTE, 1994).

Isso não significou que as mulheres estiveram excluídas dos movimentos políticos mais amplos. Em toda América Latina, as mulheres se organizaram em clubes de mães, associações de combate ao aumento do custo de vida, nas associações de bairros, nas lutas por demandas sociais (escolas, hospitais, saneamento básico, creches, transporte etc), direito à terra e à segurança. No Brasil, as organizações femininas, sob a orientação do Partido Comunista Brasileiro, como a União Feminina criada para atender a política de "frente popular" estabelecida pela Terceira Internacional em 1935, e o Comitê de Mulheres pela Anistia em 1945, tiveram amplo poder de articulação e mobilização feminina (COSTA PINHEIRO, 1981).

Esse primeiro momento do movimento feminista, em linhas gerais, pode ser caracterizado como de cunho conservador no que se refere ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as idéias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativa para suas demandas. Segundo Molyneux,

As mulheres aceitaram o princípio da diferença sexual, mas o rechaçaram como fundamento para a discriminação injustificada. As líderes dos movimentos de mulheres criticaram seu tratamento diante da lei e

impugnaram os termos de sua exclusão social e política, mas o fizeram de forma que reconheciam a importância do seu papel na família, um argumento que foi utilizado tanto pelas feministas quanto pelos estados, ainda que com fins distintos (MOLYNEUX, 2003, p. 79).

Com o golpe militar de 1964 no Brasil, e posteriormente nos anos 1970 em vários outros países latino-americanos, os movimentos de mulheres, juntamente com os demais movimentos populares, foram silenciados e massacrados. Não obstante, não se pode esquecer que os movimentos de mulheres burguesas e de classe média, organizados por setores conservadores, tiveram papel importante no apoio aos golpes militares nesse período e aos regimes militares instalados. No Brasil, merece registro o movimento articulador das Marchas com Deus, pela pátria e pela família, que mobilizou grande número de mulheres em 1964 e 1968 (SIMÕES, 1985). Como em outros lugares, as mulheres foram utilizadas como “massa de manobra”, uma tática da qual se apropriam tanto a esquerda como a direita.

O feminismo da resistência

A segunda onda do feminismo na América Latina nasceu nos anos 1970, em meio ao autoritarismo e à repressão dos regimes militares dominantes e das falsas democracias claramente autoritárias. Surge como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar,⁹ por conseguinte, intrinsecamente ligada aos movimentos de oposição que lhe deram uma especificidade determinante (LEON, 1994; JAQUETTE, 1994; MOLYNEUX, 2003). Surge sob o impacto do movimento feminista internacional e como consequência do processo de modernização que implicou uma maior incorporação das mulheres no mercado de trabalho e a ampliação do sistema educacional.

Segundo Sarti, no Brasil, este processo de modernização incorpora também a efervescência cultural de 1968: os novos comportamentos afetivos e sexuais, acesso ao recurso das terapias psicológicas e da psicanálise, derrota da luta armada¹⁰ e sentido da elaboração política e pessoal desta derrota para as mulheres, as novas experiências cotidianas que entraram em conflito com o padrão tradicional e as hierarquias de gênero, e “[...] *as marcas de gênero na experiência da tortura, dada a forma específica de violência a que foram submetidas as mulheres militantes pela repressão, não apenas sexualmente, mas, sobretudo, pela utilização da relação mãe e filhos como vulnerabilidade feminina.*” (SARTI, 1998, p. 02).

Álvares destaca nesse processo de transição o intenso labor que as feministas (muitas haviam participado ativamente em organizações do movimento estudantil, da nova esquerda, das Associações Eclesiásticas de Base articuladas pela Igreja Católica) enfrentaram ao serem obrigadas constantemente a lidar com a discriminação, a repensar sua relação com os partidos políticos dominados pelos homens, com a igreja progressista, com um Estado patriarcal, capitalista e racista.¹¹ Junta-se a isso o predomínio que havia em toda a esquerda latino-americana da visão de que as feministas “... *eram pequenos grupos de pequeno-burguesas desorientadas, desconectadas da realidade do continente, que haviam adotado uma moda e faziam o jogo do imperialismo norte-americano*” (STERNBACH; ARANGUREN; CHUCHRYK, 1994, p. 70). Essa experiência teve como consequência as múltiplas tensões que caracterizaram às vezes tortuosas relações do feminismo brasileiro com a esquerda, com os setores progressistas da Igreja Católica em vários momentos da luta política.

Essa tensão não foi uma especificidade do feminismo brasileiro, conforme afirma Nancy Sternbach e outras autoras (1994), a consciência feminista latino-americana foi alimentada pelas múltiplas contradições experimentadas pelas mulheres atuantes nos movimentos guerrilheiros ou nas organizações políticas, por aquelas que foram obrigadas a

exilar-se, que participaram do movimento estudantil, das organizações acadêmicas politizadas e dos partidos políticos progressistas.

Apesar das feministas latino-americanas romperem com as organizações de esquerda, em termos organizativos, mantiveram seus vínculos ideológicos e seu compromisso com uma mudança radical das relações sociais de produção, enquanto continuavam lutando contra o sexismo dentro da esquerda (STERNBACH; ARANGUREN; CHUCHRYK, 1994, p. 74). Esta prática as distinguiu do feminismo europeu e norte-americano, dando-lhes como característica especial o interesse em promover um projeto mais amplo de reforma social dentro do qual se realizavam os direitos da mulher e formas organizativas que possibilitavam o envolvimento de setores populares (MOLYNEUX, 2003, p. 269).

Em 1975, como parte das comemorações do Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas, foram realizadas várias atividades públicas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, reunindo mulheres interessadas em discutir a condição feminina em nossa sociedade, à luz das propostas do "novo" movimento feminista que neste momento se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos. O patrocínio da ONU e um clima de relativa distensão política do regime permitiam às mulheres organizarem-se publicamente pela primeira vez desde as mobilizações dos anos 1967-1968. (COSTA; SARDENBERG, 1994a, p. 103).

A partir deste evento, surgem novos grupos de mulheres em todo o país. Muitos são somente "grupos de estudos" e de reflexão, organizados de acordo com o modelo dos "grupos de conscientização" surgidos no exterior. Outros são de reflexão e ação, nos quais o princípio da autonomia foi um dos pontos de controvérsias no enfrentamento, inevitável, com os grupos políticos e, em particular, com as organizações de esquerda (FIGUEIREDO, 1988). Ainda em 1975 é criado o jornal *Brasil Mulher*, em Londrina, no estado do Paraná, ligado ao Movimento Feminino pela Anistia¹² e publicado por ex-presas políticas. Já no começo de 1976, um grupo de mulheres universitárias e antigas militantes do movimento estudantil começa a publicar o jornal *Nós Mulheres*, desde seu primeiro número auto-identificado como feminista. Ainda neste ano, o *Brasil Mulher* também se colocava abertamente como um jornal feminista. A partir de 1978, estes dois jornais se converteram nos principais porta-vozes do movimento feminista brasileiro.¹³

Nos anos seguintes, o movimento social de resistência ao regime militar seguiu ampliando-se, novos movimentos de liberação se uniram às feministas para proclamar seus direitos específicos dentro da luta geral, como por exemplo, os dos negros e homossexuais. Muitos grupos populares de mulheres vinculadas às associações de moradores e aos clubes de mães começaram a enfocar temas ligados a especificidades de gênero, tais como creches e trabalho doméstico. O movimento feminista se proliferou através de novos grupos em todas as grandes cidades brasileiras e assume novas bandeiras como os direitos reprodutivos, o combate à violência contra a mulher, e a sexualidade. O feminismo chegou até a televisão revolucionando os programas femininos, nos quais agora, junto às tradicionais informações sobre culinária, moda, educação de filhos etc. apareciam temas até então impensáveis como sexualidade, orgasmo feminino, anticoncepção e violência doméstica.

Em linhas gerais, poderíamos caracterizar o movimento feminista brasileiro dos anos 1970 como fazendo parte de um amplo e heterogêneo movimento que articulava as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade com as lutas pela redemocratização. Nos movimentos se diluíam os discursos estratégicos, o Estado era o inimigo comum (LOBO, 1987). A identidade feminista naquele momento implicava

[...] ter uma política centrada em um conjunto de assuntos de *interesse específico* das mulheres, aderir a determinadas normas de organização (como por exemplo, participação direta, informalidade nos procedimentos, ou ausência de funções especializadas) e atuar nos espaços públicos específicos como as organizações feministas autônomas ou do *movimento de mulheres* mais amplo (ÁLVAREZ, 2001, p.).

A questão da autonomia foi um eixo conflitante e definidor do feminismo nos anos 1970. Uma autonomia em termos organizativos e ideológicos perante aos partidos políticos e outras organizações. Nesse momento de autoritarismo militar, a discussão sobre a autonomia em relação ao Estado, “o inimigo comum”, não era sequer colocada. A defesa da autonomia como um princípio organizativo do feminismo não implicava uma prática defensiva ou isolacionista que impedisse a articulação com outros movimentos sociais que compartilhassem identidades, apenas a definição de um espaço autônomo para articulação, troca, reflexão, definição de estratégias. O documento *O movimento de Mulheres no Brasil*, publicado pela Associação de Mulheres, uma organização paulista, em 1979, define bem o entendimento dessa autonomia “[...] *acreditamos que esse movimento deve ser autônomo porque temos a certeza de que nenhuma forma de opressão poderá ser superada até que aqueles diretamente interessados em superá-la assumam essa luta*” (COSTA, PINHEIRO, 1981).

Os dilemas do Estado e da institucionalização

Os anos 1980 trouxeram novos dilemas ao movimento feminista. Durante a década anterior, o movimento se havia centrado no trabalho de organização, na luta contra a ordem social, política e econômica, conforme vimos anteriormente. O avanço do movimento fez do eleitorado feminino um alvo do interesse partidário e de seus candidatos, que começaram a incorporar as demandas das mulheres aos seus programas e plataformas eleitorais, a criar Departamentos Femininos dentro das suas estruturas partidárias. Até o principal partido da direita, o PDS, criou seu Comitê Feminino.

Até então, a perspectiva de relação com o Estado no projeto de transformação feminista não se havia apresentado. A eleição de partidos políticos de oposição para alguns governos estaduais e municipais forçou as feministas a repensarem sua posição ante ao Estado na medida em que a possibilidade de avançar em termos de política feminista era uma realidade. Nos dois primeiros anos (1980-82), as velhas divisões políticas e partidárias voltaram à cena. Como afirma Elizabete Souza Lobo, nesse

[...] a reorganização partidária começou a descaracterizar as práticas autônomas dos movimentos, os grupos se dividiram e se desmancharam. Na divisão muitas feministas se concentraram nos partidos, outras permaneceram somente no movimento. Os discursos feministas invadiram os discursos partidários, mas as práticas autônomas se reduziram. (LOBO, 1987, p.).

A vitória do PMDB para o governo de São Paulo garantiu a criação do primeiro mecanismo de Estado no Brasil voltado para a implementação de políticas para mulheres: o Conselho Estadual da Condição Feminina, criado em abril de 1983. Esse seria um terceiro momento do feminismo na arqueologia elaborada por Lobo:

[...] depois de 1982, em alguns Estados e cidades, se criaram os Conselhos dos Direitos da Mulher, e mais adiante o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, se configurou novos interlocutores na relação com os movimentos. Duas posições polarizaram as discussões: de um lado, as que se propunham ocupar os novos espaços governamentais, e do outro, as que insistiam na exclusividade dos movimentos como espaços feministas (LOBO, 1987, p.).

A atuação do feminismo em nível institucional, isto é, na relação com o Estado, nesse e em outros momentos, não foi um processo fácil de ser assimilado no interior do movimento. A participação nos conselhos, e em especial, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), foi uma questão polêmica que incitou os ânimos no VII Encontro Nacional Feminista,¹⁴ realizado em 1985, em Belo Horizonte. A perspectiva de atuar no âmbito do Estado representava para muitas mulheres, uma brecha na luta pela autonomia do movimento feminista.¹⁵

Porém, o movimento feminista não podia deixar de reconhecer a capacidade do Estado moderno para influenciar a sociedade como um todo, não só de forma coercitiva com medidas punitivas, mas através das leis, de políticas sociais e econômicas, de ações de bem-estar, de mecanismos reguladores da cultura e comunicação públicas, portanto como um aliado fundamental na transformação da condição feminina (MOLYNEUX, 2003, p. 68). Também não poderia deixar de reconhecer os limites da política feminista no sentido da mudança de mentalidades sem acesso a mecanismos mais amplos de comunicação e tendo de enfrentar a resistência constante de um aparelho patriarcal como o Estado. Caberia, ao feminismo, enquanto movimento social organizado, articulado com outros setores da sociedade brasileira, pressionar, fiscalizar e buscar influenciar esse aparelho, através dos seus diversos organismos, para a definição de metas sociais adequadas aos interesses femininos e o desenvolvimento de políticas sociais que garantissem a equidade de gênero.

E é exatamente essa perspectiva que norteará a atuação do movimento em relação ao CNDM, criado a partir de uma articulação entre as feministas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o presidente Tancredo Neves, no processo de transição. Graças à atuação direta de algumas feministas nas esferas de decisão e planejamento, logo, o CNDM, de fato, se transformou em um organismo estatal responsável por elaborar e propor políticas especiais para as mulheres, e, contrariando o temor de muitas feministas, se destacou na luta pelo fortalecimento e respeito à autonomia do movimento de mulheres, o que lhe garantiu o reconhecimento de toda a sociedade (COSTA; SARDENBERG, 1994a, p. 106).

No período da Assembléia Nacional Constituinte, conjuntamente com o movimento feminista autônomo e outras organizações do movimento de mulheres de todo o país, o CNDM conduziu a campanha nacional “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher” com o objetivo de articular as demandas das mulheres. Foram realizados eventos em todo o país e posteriormente as propostas regionais foram sistematizadas em um encontro nacional com a participação de duas mil mulheres. Estas demandas foram apresentadas à sociedade civil e aos constituintes através da *Carta das Mulheres à Assembléia Constituinte*. A partir daí, as mulheres invadiram (literalmente) o Congresso Nacional: brancas, negras, índias, mestiças, intelectuais, operárias, professoras, artistas, camponesas, empregadas domésticas: patroas...,¹⁶ todas unidas na defesa da construção de uma legislação mais igualitária (COSTA, 1998, p. 117).

Através de uma ação direta de convencimento dos parlamentares, que ficou identificada na imprensa como o *lobby do batom*, o movimento feminista conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas, se constituindo no setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou. A novidade desse processo foi a atuação conjunta da chamada “bancada feminina”. Atuando como um verdadeiro “bloco de gênero”, as deputadas constituintes, independentemente de sua filiação partidária e dos seus distintos matizes políticos, superando suas divergências ideológicas, apresentaram, em bloco, a maioria das propostas, de forma suprapartidária, garantindo assim a aprovação das demandas do movimento.

Essa articulação do CNDM, movimento feminista e bancada feminina, através do *lobby do batom* representou uma quebra nos tradicionais modelos de representação vigentes até então no país, na medida em que o próprio movimento defendeu e articulou seus interesses no espaço legislativo sem a intermediação dos partidos políticos. Celi Pinto explicita muito bem esse quadro ao afirmar:

A presença constante das feministas no cenário da Constituinte e a conseqüente ‘conversão’ da bancada feminina apontam para formas de participação distintas da exercida pelo voto, formas estas que não podem ser ignoradas e que talvez constituam a forma mais acessível de participação política das feministas. Este tipo de ação política, própria dos movimentos sociais, não passa pela representação. Constitui-se em pressão organizada, tem tido retornos significativos em momentos de mobilização e pode ser entendida como uma resposta à falência do sistema partidário como espaço de participação” (PINTO, 1994, p. 265).¹⁷

Esse compromisso do CNDM com o movimento de mulheres foi também o motivo de sua condenação. Atendendo a interesses conservadores e desvinculados da democracia e da participação popular, o governo Sarney, ao finalizar seu mandato, resolveu destruir o único órgão federal que tinha respaldo e respeito popular, em especial em relação ao setor ao qual estava vinculado. Através de atos autoritários, o CNDM foi paulatinamente destruído. “*A euforia reformista dos primeiros anos de governo civil deu lugar a uma desilusão ampla no final dos anos oitenta. As novas ‘instituições das mulheres’ se converteram em fontes de desencanto para as feministas brasileiras, mesmo para algumas das ‘mães fundadoras’ dos conselhos e delegacias*” (ÁLVAREZ, 1994, p. 266).

Novos espaços, novas articulações

A década de 1990 se inicia em uma situação de fragilidade dos organismos de governo para mulheres, bloqueados pelo clima conservador dominante no Estado e o descrédito no movimento autônomo. Os conselhos existentes trabalhavam em condições precárias, isolados do movimento e desprestigiados no âmbito governamental. Algumas feministas, muitas delas funcionárias desses organismos nos anos 1980, criam organizações não-governamentais, (ÁLVAREZ, 1994, p. 272), as chamadas “ONGs feministas”,¹⁸ que passam a exercer de forma especializada e profissionalizada a pressão junto ao Estado, buscando influenciar nas políticas públicas. Essa hegemonia das ONGs passou a ser uma preocupação para vários setores do movimento, impondo novos desafios e dilemas à militância.

No início dos anos 1990 se multiplicaram as várias modalidades de organizações e identidades feministas. As mulheres pobres articuladas nos bairros através das associações de moradores, as operárias através dos departamentos femininos de seus sindicatos e centrais sindicais, as trabalhadoras rurais através de suas várias organizações começaram a auto-identificar-se com o feminismo, o chamado feminismo popular. As organizações feministas de mulheres negras seguem crescendo e ampliando a agenda política feminista e os parâmetros da própria luta feminista. “*...a existência de muitos feminismos era amplamente reconhecida, assim como a diversidade de pontos de vista, enfoques, formas organizativas e prioridades estratégicas feministas nos anos noventa*” (ÁLVAREZ, 1994, p. 278).

O crescimento do feminismo popular teve como consequência fundamental para o movimento amplo de mulheres a diluição das barreiras e resistências ideológicas para com o feminismo. Essa diversidade que assumiu o feminismo brasileiro esteve muito presente nos preparativos do movimento para sua intervenção na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em setembro de 1995, em Beijing, na China, ao incorporar amplos setores do movimento de mulheres.

Em janeiro de 1994, convocadas por algumas feministas que já haviam participado de conferências anteriores e com o apoio do UNIFEM, é realizada, no Rio de Janeiro, a primeira reunião preparatória para Beijing. Em torno de 100 militantes representantes de fóruns¹⁹ estaduais e municipais de mulheres, articulações locais e grupos de mulheres de 18 estados, reunidas, deliberam pela criação de uma coordenação nacional – a articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing 95 – responsável por supervisionar, divulgar, angariar recursos²⁰ e articular as ações do movimento com vistas a tornar o processo de Beijing amplamente democrático. A deliberação principal do encontro, seguindo uma orientação articulada para toda a América Latina, era aproveitar esse momento para avaliar as mudanças na condição feminina na década, chamar a atenção da sociedade civil sobre a importância das convenções internacionais sobre os direitos da mulher e estabelecer novas dinâmicas de mobilização do movimento. Essa tática política, articulada pela Coordenação de ONGs da América Latina e Caribe junto à IV Conferência foi denominada “texto e pretexto”.²¹

O processo preparatório para Beijing trouxe novas energias ao movimento feminista brasileiro, estimulou o surgimento de fóruns em locais que não existiam ou que estavam

desativados, de novas articulações locais, de novos grupos ou setores/departamentos em entidades de classe etc. Foram realizados eventos em 25 dos 26 estados brasileiros,

[...] mais de 800 organizações de mulheres estiveram envolvidas no processo. Cerca de 4000 representantes de 25 fóruns estaduais, se reuniram no Rio de Janeiro e aprovaram a Declaração das Mulheres Brasileiras para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que foi formalmente entregue ao governo brasileiro” (ARTICULAÇÃO..., 2000, p. 2).

No campo do Estado, essa articulação conseguiu avanços importantíssimos. À revelia do CNDM, nesse momento em mãos de setores conservadores, as feministas conseguiram, através de importante atuação junto ao Ministério de Relações Exteriores, órgão responsável pela elaboração do informe do governo brasileiro, estabelecer pela primeira vez na história do país uma dinâmica de participação e consulta ampla na elaboração do documento oficial. Para tanto, o MRE criou um grupo de trabalho com destacadas feministas acadêmicas responsáveis pela elaboração do informe e integrou dezenas de militantes através dos seminários temáticos de discussão, em que muitas das recomendações apresentadas pelo movimento foram incorporadas ao documento oficial. Essa articulação não só garantiu a apresentação por parte do governo brasileiro de um documento representativo, mas também a aprovação da Plataforma de Beijing por esse governo brasileiro, sem ressalvas, e em especial, a partir daí, houve uma melhor assimilação das demandas das mulheres por parte dos organismos do governo federal.

Além desse avanço em termos de mobilização e organização, o processo de Beijing representou para o movimento feminista brasileiro um aprofundamento maior da articulação com o feminismo latino-americano em termos de atuação conjunta. Apesar de ser a primeira vez que as mulheres latino-americanas participaram de uma reunião cumbre mundial com uma rede regional organizada e integrada, a experiência do feminismo latino-americano, desde seu início, é da vivência de uma dinâmica transnacional, através de redes formais e informais, e em especial através dos Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe,²² realizados desde 1981, inicialmente a cada dois anos e posteriormente a cada 3 anos. Nesses encontros se expressam os avanços feministas, os conflitos, novos dilemas, novas perspectivas, as trocas de experiência.

[...] os encontros oferecem as feministas, fóruns periódicos nos quais podem obter conhecimentos teóricos e práticos e apoio solidário das feministas de outras nações que estão lutando para superar dificuldades organizativas e teóricas semelhantes (...) os encontros tem servido de trampolim para o desenvolvimento de uma linguagem político-feminista latino-americano e de cenários de batalhas políticas sobre as estratégias mais eficazes para lograr a igualdade de gênero em estados dependentes, capitalistas e patriarcais” (STERNBACH; ARANGUREN; CHUCHRYK, 1994, p.70-71).

Sonia Alvarez (2001) com base no acompanhamento dos preparativos do movimento feminista brasileiro para Beijing, entre 1993 e 1995, identifica cinco tendências na política feminista latino-americana dos anos 1990:

- o processo de Beijing possibilitou a ampliação dos espaços e lugares de atuação das auto-identificadas feministas com a incorporação e visibilidade de outras identidades feministas: o feminismo negro, o indígena, o lésbico, o popular, o acadêmico, o ecofeminismo, o das assessoras governamentais, o das profissionais das ONGs, o das católicas, o das sindicalistas, isto é, mulheres feministas que não limitam sua atividade às organizações do feminismo autônomo. Essa heterogeneidade de práticas pôs em destaque a reconfiguração da própria identidade política feminista latino-americana cristalizada na década de 1970 e princípio dos anos 1980, demonstrando o caráter plural, multicultural e pluriético destes feminismos;
- esse processo mostrou a “*absorção relativamente rápida de certos elementos (os mais digeríveis) do discurso e agendas feministas*” por parte das instituições culturais dominantes, das organizações paralelas da sociedade civil, da sociedade política e do

Estado. Essa absorção, fruto de um incansável esforço, se materializou na criação, por parte de inúmeros governos latino-americanos de organismos, ministérios, secretarias governamentais responsáveis pela implementação de políticas para as mulheres,²³ na incorporação de preceitos que garantem a igualdade entre homens e mulheres nas novas Constituições democráticas dos antigos regimes autoritários. Essa absorção também ocorreu nos partidos políticos, nos sindicatos e centrais sindicais, bem como na grande maioria dos movimentos sociais;

- a progressiva profissionalização e especialização de importantes setores dos movimentos feministas, as chamadas ONGs feministas, consequência da demanda crescente de informação especializada sobre as mulheres necessária para a implementação de políticas públicas por parte dos recém-criados organismos governamentais e intergovernamentais direcionados para as mulheres;
- a crescente articulação ou entrelaçamento entre os diversos espaços e lugares de política feminista através de uma grande quantidade de redes especializadas, de articulações formais e estruturadas, muitas vezes fomentadas por organismos bilaterais e multilaterais, que funcionam como principais interlocutoras junto aos fóruns internacionais;
- a transnacionalização dos discursos e das práticas do movimento feminista propiciados pela capacidade de articulação de algumas ONGs e ou de feministas profissionalizadas que aumentaram sua influência nos âmbitos políticos em nível mundial, regional e nacional, interferindo em pautas, em deliberações e definição de ações políticas. (ALVAREZ, 2001).

Segundo Álvarez, essas tendências marcantes no feminismo pós-Beijing não foram facilmente assimiladas pelo conjunto do movimento, na medida em que desencadearam novas tensões no interior de um movimento cada vez mais diverso e complexo (2001). No campo latino-americano, especialmente no México, na Bolívia e no Chile, houve um acirramento do enfrentamento entre feministas autônomas e as institucionalizadas,²⁴ acusadas de tentarem estabelecer uma hegemonia no movimento e de utilizar estratégias “estadocêntricas” dentro de uma lógica patriarcal e neoliberal.²⁵ Este mal-estar acirrou-se quando da realização do VII Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Cartagena, Chile, quando houve uma polarização de posições.

Porém, esse quadro será atenuado quando da realização do VIII Encontro, em 1999, na República Dominicana, onde a esperada batalha entre autônomas e institucionalizadas não aconteceu. Pelo contrário, o que se viu foi uma tentativa de resolução de antigos conflitos com recuos de ambos os lados. Algumas das chamadas “institucionalizadas” já vinham dando sinais de uma disposição em refletir criticamente sobre o ativismo dos últimos anos, os perigos de uma estratégia baseada apenas na defesa de políticas e nas negociações com governos e organizações internacionais, direcionadas para influir na construção de agendas políticas ou institucionais, admitindo inclusive a pertinência de algumas críticas realizadas pelas autônomas. Por outro lado, estas últimas começavam a sentir seu esfacelamento em consequência de posições radicalizadas e de enfrentamento no seio do movimento (ÁLVAREZ et al., 2003).

No Brasil, esse conflito não encontrou ressonância, apesar de ser uma discussão presente em muitos encontros, não chegou a assumir ares de enfrentamento. As próprias características do feminismo brasileiro enquanto movimento social mais vinculado às decisões participativas e democráticas, o permanente controle e questionamento sobre as instâncias de poder ou formação de lideranças por parte do movimento de base dificultam essa dicotomia. Por outro lado, sente-se uma constante preocupação por parte das ONGs feministas em estimular mecanismos de participação e consulta mais amplos no sentido de buscar respaldo político que legitime suas ações. Talvez, a própria origem das ONGs feministas no Brasil determine suas práticas diferenciadas, já que a grande maioria surgiu

dos grupos autônomos locais estruturados no *que hacer* feminista. Mesmo as ONGs mais recentes aglutinam antigas militantes de reconhecida atuação no feminismo autônomo e preocupam-se em manter os vínculos com o movimento não-institucional.

Os recentes desafios

Como vimos, a herança do processo de Beijing foi fundamental nos anos seguintes para a manutenção e ampliação do movimento, no Brasil e nos outros países latino-americanos, onde todas as atividades políticas e organizativas estiveram voltadas para a conquista de políticas públicas, a ampliação das ações afirmativas, o aprimoramento da legislação de proteção à mulher e a avaliação e monitoramento da implantação dessas políticas e dos acordos firmados no campo internacional pelos governos locais, portanto com constante interlocução e articulação com o Estado. Nessa perspectiva, em 2000, a Articulação de Mulheres Brasileiras, tendo em vista a proximidade de Beijing+5, através de um esforço conjunto com outras entidades, realizou uma avaliação das ações governamentais implementadas no campo das políticas públicas para as mulheres, nos últimos 5 anos, em relação aos compromissos assumidos pelo governo brasileiro durante a IV Conferência. Como resultado, o documento final aponta para a fragilidade dos mecanismos executivos criados (com pouco ou nenhum recurso financeiro, com um pequeno quadro de pessoal e quase sem nenhum poder dentro do Estado), os limites das políticas públicas implantadas, e a necessidade de manter a mobilização e pressão do movimento (ARTICULAÇÃO... 2000, 2004).

Também nesse ano, na perspectiva da proximidade das eleições presidenciais, alguns setores do feminismo brasileiro começam a tomar consciência da necessidade de uma atuação conjunta e articulada no sentido de garantir um compromisso por parte dos candidatos com as demandas das mulheres. Essa proposta toma corpo por ocasião do II Fórum Social Mundial,²⁶ realizado em Porto Alegre, em fins de janeiro de 2002, com a adesão de várias organizações e redes feministas.²⁷ Entre março e maio daquele ano, foram realizadas 26 Conferências Estaduais, mais de 5.000 ativistas dos movimentos de mulheres de todo o país participaram dos debates com o objetivo de construir uma “... *Plataforma Política Feminista dirigida à sociedade brasileira, visando o fortalecimento da democracia e a superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero, raça e etnia*” (Carta de Princípios). Em junho, foi realizada em Brasília a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras com a participação de 2.000 mulheres delegadas das conferências estaduais e representantes das redes nacionais. Nesse processo, os debates afirmaram, segundo a AMB,

[...] a relevância estratégica do Estado e dos governos para a justiça social, mas demonstraram também a necessidade de transformação do próprio Estado, ainda patriarcal e racista e hegemônico pelas classes dominantes. Os debates na Conferência de Mulheres Brasileiras demonstraram ainda a importância de alterar a orientação governamental vigente nas políticas públicas, marcadas pela lógica de mercado na gestão pública, destituição de direitos, clientelismo, privatização do Estado e redução de investimentos na área social com exploração do trabalho voluntário ou mal remunerado das mulheres na execução de políticas sociais” (ARTICULAÇÃO..., 2004, p.).

A Plataforma Política Feminista foi entregue formalmente a todos os candidatos à presidência da República, aos governos dos estados, aos dirigentes partidários, deputados e senadores, além de amplamente divulgada através da imprensa. A partir daí, a plataforma se transformou em um “... *instrumento dos movimentos de mulheres para o diálogo, crítico e provocativo, para o confronto e para a negociação com outras forças políticas e sociais no*

Brasil” (ARTICULAÇÃO..., 2004) e passou a ser também o parâmetro norteador das lutas feministas.

Paralelamente (e articulado) a esse processo de construção da Plataforma Política Feminista, algumas ONGs feministas, coordenadas pela AGENDE e CLADEM/Brasil desenvolviam um processo de monitoramento da ratificação do Protocolo Facultativo²⁸ da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, a CEDAW, pelo governo brasileiro, como parte da campanha mundial “Os direitos das mulheres não são facultativos”. Apesar de o artigo 18 da CEDAW determinar a obrigatoriedade dos países membros apresentarem relatórios periódicos a cada quatro anos, somente em novembro de 2002, o governo brasileiro apresentou seu primeiro relatório governamental contemplando as ações desenvolvidas nos últimos 20 anos no âmbito do Legislativo, Executivo e Judiciário.

Atendendo a uma prática do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação da Mulher (Comitê CEDAW), o movimento, através de uma ação coordenada pelas duas ONGs, pontos focais da campanha no Brasil, envolvendo 13 redes nacionais²⁹ que englobam e mais de 400 entidades, elabora o Relatório Alternativo³⁰ com o objetivo de

[...] Além de subsidiar o Comitê da CEDAW, o referido Documento, pretende também subsidiar o novo governo, buscando a construção do diálogo e a melhoria da qualidade dos programas e ações governamentais na esfera federal para a erradicação da pobreza e da discriminação e violência contra as mulheres, bem como para a promoção da equidade e justiça (AGENDE, 2003b, p.).

Graças à contribuição do relatório alternativo e da atuação direta de representantes das redes participantes durante a XXIX Sessão Do Comitê CEDAW, realizado em julho de 2003, o referido Comitê apresentou uma serie de recomendações ao governo brasileiro no cumprimento da convenção, como por exemplo aqueles sobre a defasagem entre as garantias constitucionais de igualdade entre homens e mulheres, as intensas disparidades regionais, econômicas e sociais, a persistência de dispositivos discriminatórios em relação à mulher no código penal, as visões conservadoras e estereotipadas a respeito das mulheres, a violência contra as mulheres, a exploração sexual e o tráfico de mulheres, a sub-representação feminina nas instâncias de poder político, as altas taxas de analfabetismo feminino e de mortalidade materna. (AGENDE, 2003c). Esse processo de apresentação e defesa do Relatório Governamental na XXIX Sessão do Comitê CEDAW correspondeu a dois momentos distintos na política brasileira. O documento foi elaborado e apresentado a ONU durante o último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, cabendo sua defesa ao novo governo, recém-empossado de Luis Inácio Lula da Silva, coincidindo assim com um momento de transição, o que não impediu que a representação governamental aí presente assumisse uma série de compromissos no sentido de atender as recomendações.

Não obstante esses compromissos assumidos pelo governo federal junto a ONU, a relação com o movimento feminista, apesar da predisposição deste último para a negociação, não tem sido muito fácil. Logo ao assumir o governo, à revelia de toda a articulação e mobilização do movimento de mulheres, Lula não indicou, como se esperava, uma feminista para a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, agora com o status de Ministério. Para o cargo indicou uma senadora petista. Com pouco mais de um ano, a substituiu por uma professora universitária sem qualquer ligação com o movimento. O PT no governo, apesar dos compromissos de campanha assumidos para com as mulheres, tem se mostrado extremamente conservador na implementação de políticas; nem a lei de cotas aprovada no partido desde os anos 1980 estabelecendo um mínimo de 30% de mulheres nos espaços de decisão foi aplicada no âmbito governamental. Hoje, conforme avalia a Articulação de Mulheres Brasileiras

Na sociedade brasileira, de um lado, cresce a força política dos setores fundamentalistas religiosos e dos setores políticos neoliberais sem, entretanto, termos visto o dissenso da tradicional força política dos oligarcas.(...) Do outro lado, cresce entre os movimentos sociais e de mulheres a insatisfação com os rumos que o governo federal vem tomando [...] (ARTICULAÇÃO..., 2004b, p.).

Mas essa prática governamental não tem conseguido desestimular o movimento na sua luta por políticas adequadas para as mulheres e na decisão de seguir criando novos espaços de interlocução ou aproveitando os espaços já institucionalizados. Foi esse entendimento que levou recentemente o movimento de mulheres brasileiro, e como parte dele o movimento feminista, a responder positivamente à convocatória governamental, através da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, para a realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, em julho de 2004, com o objetivo de “propor diretrizes para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres” (CONFERENCIA NACIONAL..., 2004a).

Não obstante estar consciente de que essa participação poderá fortalecê-lo “como sujeito na cena política nacional”, o movimento está atento para os riscos de ser “instrumentalizado para efeito de uma participação meramente ilustrativa, com poucos resultados concretos sobre as definições do futuro plano” (ARTICULAÇÃO..., 2004a, p.). Para evitar e impedir essa instrumentalização, foi articulada toda uma estratégia de participação e intervenção, desde as conferências locais e estaduais, direcionada a garantir um maior número de delegadas vinculadas ao campo feminista e assim assegurar a incorporação das demandas contidas na Plataforma Política Feminista no Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

Calcula-se que aproximadamente 500 mil mulheres participaram em todo o processo nos âmbitos municipais, estaduais e federal. 14.050 mulheres participaram na qualidade de delegadas das 27 conferências estaduais realizadas no país, durante os meses de maio e junho (SEPM.2004.a), das quais 2.000 foram indicadas como delegadas para a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, realizada em 14 e 15 de julho. Segundo estimativas, 47% das mulheres participantes pertenciam a organizações do movimento de mulheres negras (CASA DA CULTURA..., 2004).

Como recomendação ao Plano Nacional foi aprovada a

[...]posição feminista que afirma a responsabilidade do Estado sobre o financiamento, formulação e gestão das políticas públicas, a articulação entre políticas econômicas e sociais, ambas com caráter distributivo; além da manutenção dos vínculos orçamentários para saúde e educação, a relevância de ações afirmativas e os princípios da igualdade e equidade, laicidade do Estado e da intersetorialidade das ações para implementação de políticas públicas, o que exige a participação de todas as áreas de governo” (ARTICULAÇÃO..., 2004c, p.).

Agora é esperar e seguir lutando para que, de fato, as demandas aí aprovada, não só façam parte do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, mas que se transformem numa prática do Estado brasileiro, afinal, esse foi o compromisso do presidente da República na sessão de abertura da Conferência.

A título de conclusão

O movimento feminista brasileiro, enquanto “novo” movimento social, extrapolou os limites do seu status e do próprio conceito. Foi mais além da demanda e da pressão política na defesa de seus interesses específicos. Entrou no Estado, interagiu com ele e ao mesmo tempo conseguiu permanecer como movimento autônomo. Através dos espaços aí conquistados (conselhos, secretarias, coordenadorias, ministérios etc.) elaborou e executou políticas. No

espaço do movimento, reivindica, propõe, pressiona, monitora a atuação do Estado, não só com vistas a garantir o atendimento de suas demandas, mas acompanhar a forma como estão sendo atendidas.

O resultado da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres é a demonstração da força, da capacidade de mobilização e articulação de novas alianças em torno de propostas transformadoras, não só da condição feminina, mas de toda a sociedade brasileira.

Até chegar aí foi um longo e, muitas vezes, tortuoso caminho de mudanças, dilemas, enfrentamentos, ajustes, derrotas e também vitórias. O feminismo enfrentou o autoritarismo da ditadura militar construindo novos espaços públicos democráticos, ao mesmo tempo em que se rebelava contra o autoritarismo patriarcal presente na família, na escola, nos espaços de trabalho, e também no Estado. Descobriu que não era impossível manter a autonomia ideológica e organizativa e interagir com os partidos políticos, com os sindicatos, com outros movimentos sociais, com o Estado e até mesmo com organismos supranacionais. Rompeu fronteiras, criando, em especial, novos espaços de interlocução e atuação, possibilitando o florescer de novas práticas, novas iniciativas e identidades feministas.

Mas esse não é o ponto final do movimento, a cada vitória surgem novas demandas e novos enfrentamentos. O feminismo está longe de ser um consenso na sociedade brasileira, a implantação de políticas especiais para mulheres enfrenta ainda hoje resistências culturais e políticas. No documento *Articulando a luta feminista nas políticas públicas*, a AMB apresenta três campos principais dessa resistência antifeminista no Brasil:

- os setores que têm uma perspectiva funcional e antifeminista da abordagem de gênero. Explicam as relações de gênero como parte de uma ordem social que se estrutura a partir dos papéis diferenciados entre homens e mulheres, definidos por funções imutáveis e complementares na sociedade. Os papéis femininos devem ser valorizados, mas não necessariamente transformados;³¹
- um setor que questiona a existência do feminismo hoje e que acredita ser possível mudar a sociedade e superar as injustiças apenas a partir de comportamentos individuais de homens e mulheres. Esta é uma posição que vem crescendo entre os movimentos sociais e distintas organizações, articuladas no que autodenominam erradamente de “movimentos de gênero”, preocupados mais em promover a unidade entre homens e mulheres do que em defender os direitos das mulheres e combater as desigualdades de gênero;
- refere-se àqueles que não reconhecem a centralidade das desigualdades e buscam explicá-las apenas pela classe. São setores que consideram as desigualdades de gênero, a luta feminista e anti-racista como própria do espaço cultural e não tanto um problema da esfera pública. (ARTICULAÇÃO..., 2004b).

Analisar, entender e, em especial, dar respostas a estas resistências é um desafio que o movimento feminista brasileiro continuará ainda enfrentando.

Abstract: This work aims to account for the changes, the new demands, the new challenges and contradictions that Brazilian feminism has faced in the last thirty years as a social movement. It assumes that the Brazilian feminist movement is not an isolated, homogeneous phenomenon divorced from the world context; it thus investigates links and relationships with the Latin American feminisms and with the new dynamics that are today present in broader supranational contexts. The central purpose of this work is to make a reflection on the struggles, the new dynamics and challenges of this movement in Brazil.

Keywords: feminism; women; autonomy.

REFERÊNCIAS

- AGENDE. Os direitos das mulheres não são facultativos. *Boletim Eletrônico*, Brasília, n. 1, 28 mar. 2003a.
- _____. Os direitos das mulheres não são facultativos. *Boletim Eletrônico*, Brasília, n. 2, 14 maio 2003b.
- _____. Os direitos das mulheres não são facultativos. *Boletim Eletrônico*, Brasília, n. 8, 12 ago. 2003c.
- ÁLVAREZ, Sonia. *Engendering democracy in Brasil: women's movements in transición politics*. Pinceton: Princeton University Press. 1990.
- _____. La (trans)formación del (los) feminismo(s) y la política de género en la democratización del Brasil. In: LEON, Magdalena (Org.). *Mujeres y participación política*. Avances y desafíos en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.
- _____. Los feminismos latino-americanos se globalizan: tendencias de los años 90 y retos para un nuevo milenio. In: _____; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). *La política de las culturas y las culturas de la política: revisando los movimientos sociales latinoamericanos*. Bogotá: Taurus, 2001.
- _____ et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Revista Estudos Feminista*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 541-575, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://scielo.br/scielo.php?scrip=sci>>. Acesso em:
- ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo*. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes. 1980.
- ARTICULAÇÃO de mulheres brasileiras (AMB). *Boletim Articulando*, Recife, n. 90, jul. 2004a.
- ARTICULAÇÃO de mulheres brasileiras (AMB). *Boletim Articulando*, Recife, n. 94, set. 2004b.
- ARTICULAÇÃO de mulheres brasileiras (AMB). *Políticas Públicas para as mulheres no Brasil: Balanço nacional cinco anos após Beijing*. Brasília: ABM, 2000a.
- ARTICULAÇÃO de mulheres brasileiras (AMB). In: *Articulando a luta feminista nas políticas públicas*. Recife: [s.n.], 2004b. (Texto para discussão)
- CASA DE CULTURA DA MULHER. Boletim Eparrei online, Santos, jul. 2004. Boletim especial para a I Conferencia de Políticas Publicas para Mulheres.
- CONFERENCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS, 1., 2002, Brasília. *Carta de princípios*. Brasília: [s.n.], 2002a.
- CONFERENCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS, 1., 2002, Brasília. *Plataforma política Feminista*. Brasília: [s.n.], jun 2002b.
- CONFERENCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 1., 2004, Brasília. *Balanço Brasília*: [s.n.], 2004a.
- CONFERENCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 1., 2004, Brasília. *Boletim informativo n. 1*. Brasília: [s.n.], 2004b.
- COSTA PINHEIRO, Ana Alice. *Avances y definiciones del movimiento feminista em Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Facultad de Ciências Políticas y Sociales, México, 1981.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder*. Mulher e politica na Bahia. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia. 1998.
- _____; SARDENBERG, Cecília Maria. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Maria Luiza; BINGEMER, Maria Clara (Org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994a.

_____; SARDENBERG, Cecília M B. A institucionalização dos estudos feministas dentro das Universidades. teoria e praxis feminista na acadêmica: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, p. 387-400, 1994b. Volume especial.

DOCUMENTO do movimento de mulheres para o cumprimento da convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, CEDAW, pelo Estado brasileiro: propostas e recomendações. Brasília: AGENDE/CLADEM, 2002.

FIGUEIREDO, Mariza. A evolução do feminismo no Brasil. In: *O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas y perspectivas*. Salvador: NEIM/UFBa, 1988.

JAQUETTE, Jane S. Los movimientos de mujeres y las transformaciones democráticas en América Latina. In: LEON, Magdalena (Org.). *Mujeres y participación política*. Avances y desafíos en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

LEON, Magdalena. Movimiento social de mujeres y paradojas de América Latina. In: LEON, Magdalena (Org.). *Mujeres y participación política*. Avances y desafíos en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

LOBO, Elizabete Souza. Mulheres, feminismo e novas praticas sociais. *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 1987.

MOLYNEUX, Maxine. *Movimientos de mujeres en América Latina*. Un estudio teórico comparado. Madrid: Catedra: Universidad de Valencia. 2003.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomia publico/privado. In: CASTELLES, Carme (Org.). *Perspectivas feministas en teoria política*. Barcelona: Paidós, 1996.

PETIT, Cristina Molina. Elementos para una dialectica feminista de la Ilustración. In: AMORÓS, Célia (Org.). *Actas del Seminario Permanente Feminismo e Ilustración 1988-1992*. IIF/Universidad Complutense de MADRID. 1993

PINTO, Celi Jardim. Participação (representação?). Política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: UNICEF, 1994.

REVISTA VEJA. São Paulo: [s.n.], ago./set. 1994. p. 20

SAMARA, Eni de Mesquita; MATOS, Maria Izilda. *Manos femeninas: trabajo y resistència de las mujeres brasileñas (1890-1920)*. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *Historia de las Mujeres*. v. 10. Espanha: Taurus, 1993..

SARDENBERG, Cecília M. B.; COSTA, Ana Alice Alcantara; PASSOS, Elizete. Rural development in Brazil: are we practising feminism or gender? *Gender And Development*, Oxford,UK, v. 7, n. 3, p. 28-38, 1999.

SARTI, Sintia. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, 21., 1998, Chicago. *Anais...* Chicago: Illinois, set. 1998.

SCHUMAHER, M. A.; VARGAS, Bete. Lugar no governo: álibe ou conquista. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 2, jul./dez. 1993.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família*. As mulheres no Golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOARES, Vera et al. Brazilian feminism and women's moviment. Two-way street. In: BASU, Amrita. (Org.). *Fite challenge of local feminisms*. Womens's moviments in global perspective. , v. 1. Colorado: Boulder, 1995. p. 302-323.

SOARES. Vera. Movimento feminista. Paradigmas e desafios. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, Ano 2, jul./dez. 1994.

STERNBACH, Nancy Saporta, ARANGUREN, Marysa Navarro, CHUCHRYK, Patricia e Álvarez, Sonia E. *Feminismo en América Latina: de Bogotá a San Bernardo*. In. LEON, Magdalena (Org.). *Mujeres y participación política. Avances y desafíos en América Latina*. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

VALDÉS, Teresa. *De lo social a lo político. La acción de las mujeres latino-americanas*. Santiago: Lom Ed., 2000.

VARGAS, Virginia. *Los feminismos Latinoamericanos construyendo espacios transnacionales: Beijing y los Encuentros Feministas Latinocaribenhos*. Lima, 1999. Mimeografado.

Recebido e aprovado para publicação em setembro de 2005.

¹ Este texto foi escrito durante meu estágio pós-doutoral no Instituto Universitario de Estudios de la Mujer da Universidad Autonoma de Madrid, com bolsa de estudos proporcionada pela CAPES, em 2004. Registro também meus agradecimentos ao Instituto Universitario de Investigaciones Feministas da Universidad Complutense de Madrid pelo apoio e disponibilidade.

² “[...] todo feminismo é um movimento ilustrado quanto às suas raízes e a suas pretensões reivindicativas. De fato, as reivindicações feministas são possíveis a partir dos pressupostos do iluminismo ou dos iluminismos, a saber, a universalidade da razão, da liberação dos preconceitos, o horizonte de emancipação ...” (PETIT, 1993, p. 7).

³ Até os anos 1980, os teóricos da ciência política não consideravam a cidadania no marco das problemáticas das relações de gênero. A luta contra as discriminações das mulheres em matéria de direitos políticos tem sido uma das ênfases do movimento feminista, desde seu surgimento quando ainda lutava pelo acesso das mulheres à educação e à conquista dos direitos civis mais elementares. Só recentemente a teoria política, a partir da contribuição das feministas, tem se preocupado em superar o dilema igualdade/diferença, dando ênfase a uma cidadania democrática que reconheça a diversidade e o pluralismo. Nesse sentido, merece destaque a contribuição de Carole Pateman, Chantal Mouffe, Marion Iris Young, Anne Philips, Mary G. Dietz, Célia Amorós e Cristina Molina Petit, entre outras, na tentativa de construção de modelos alternativos de cidadania, que contemplem as diferenças e pluralidades entre os sujeitos políticos e garantam de fato o acesso das mulheres ao poder.

⁴ Podemos identificar três padrões de mobilização política dentro dos que se identificam como movimento de mulheres na América Latina pós-regimes militares:

- Os grupos de direitos humanos de mulheres voltados para a luta por anistia política, pelo retorno de exilados, banidos, pela proteção aos presos político e pela denúncia sobre os desaparecidos. Exemplo de destaque dessa prática são o Movimento Feminino pela Anistia no Brasil e as Madres de la Plaza de Mayo;
- Os grupos e organizações feministas;
- As organizações de mulheres urbanas pobres articuladas geralmente através do bairro, em associações e federações, em torno de demandas como o aumento do custo de vida, a melhoria do transporte, o saneamento básico, as creches, a saúde pública etc. Esses grupos geralmente são frutos da atuação da Igreja Católica (Comunidades Eclesiásticas de Base) ou de partidos políticos vinculados a um pensamento de esquerda.

⁵ No Brasil, são algumas mulheres instruídas, que pertencem aos setores médios e altos, que acolhem as primeiras idéias feministas trazidas pelas publicações de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Considerada a primeira feminista brasileira, Nísia, depois de estudar na Europa e conviver com as feministas de lá, regressa ao Brasil e publica em 1832 a tradução da obra pioneira de Mary Wollstonecraft, *A vindication of the rights of women*, marcando, assim, o despertar da consciência crítica da condição feminina no Brasil. Posteriormente, Nísia publica, de sua autoria, o livro *Opúsculo humanitário*, em 1835, e em 1842, o livro *Conselhos a minha filha*, nos quais defendia a necessidade da educação para a mulher como a única forma de garantir sua emancipação, seguindo a mesma linha de Wollstonecraft. (COSTA; SARDENBERG, 1994a, p. 95).

⁶ A história do feminismo latino-americano registra a revista *El Correo de las Damas*, editada em Cuba a partir de 1811, como a primeira publicação feminista na região. Posteriormente, surgem *La Argentina*, *La Aljaba* e *La Camélia*, na Argentina, e *El Seminario de las Señoritas Mexicanas* e a *Sempreviva*, no México. Na segunda metade do século XIX, são publicadas: *O Jornal das Senhoras*, *o Belo Sexo*, *O Domingo*, *o Jornal das Damas* e *o Sexo Feminino*, no Brasil; *La Mujer*, no Chile; *La Alborada* e *El Alun* e no Peru; e *El Rocio*, na Colômbia. Já em fins de tal século, havia o *El Álbum*, na Bolívia; *El Alun de la Mujer*, no México, o *Direito das Damas*, *A Família*, *A Mensageira*, no Brasil; *El Eco de las Señoras de Santiago*, no Chile; e *La Voz de las Mujeres*, na Argentina (VALDÉS, 2000, p. 22-23; COSTA PINHEIRO, 1981, p. 55).

⁷ "A industrialização trouxe junto a inserção massiva das mulheres no trabalho fabril ao qual, se se considera o total da mão-de-obra empregada no setor têxtil, o sexo feminino contribuiu com mais de 60%, chegando em alguns setores, como juta, à cifra de 74% do proletariado. Paralelamente ao desenvolvimento do setor industrial têxtil e junto com a expansão urbana se produziu também, nesse período, o incremento do mercado de trabalho informal" (SAMARA; MATOS, 1993, p. 325).

⁸ No Brasil, destaca-se a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada em 1922 sob a liderança de Bertha Lutz, que será a principal responsável pela condução da luta sufragista através de suas diversas filiais espalhadas por todo o país. O voto é conquistado no Brasil em 1932, através do decreto nº 21.176, de 24 de fevereiro. Posteriormente, é incorporado à Constituição de 1934.

⁹ A participação feminina durante o processo de transição do regime autoritário é intensa. "As mulheres encabeçaram os protestos contra a violação dos direitos humanos por parte do regime; as mulheres pobres e da classe operária buscaram soluções criativas para as necessidades comunitárias como resposta ao total descuido governamental em relação aos serviços básicos urbanos e sociais; as mulheres operárias engrossaram as filas do novo movimento sindical brasileiro; as mulheres rurais lutaram pelos seus direitos à terra, aos quais eram continuamente usurpados pelas empresas agroexportadoras, as mulheres afro-brasileiras se uniram ao Movimento Negro Unificado e ajudaram a forjar outras expressões organizadas de um crescente movimento de consciência negra, anti-racista; as lésbicas brasileiras se uniram aos homens homossexuais para iniciar uma luta contra a homofobia; as mulheres jovens e as estudantes universitárias formaram parte dos movimentos estudantis militantes; algumas tomaram as armas contra o regime militar, outras trabalharam em partidos de oposição legalmente conhecidos" (ÁLVAREZ, 1994, p. 227).

¹⁰ "A presença das mulheres na luta armada implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão com o que era designado à época para a mulher. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, comportando-se como homens, pegando em armas e tendo êxito neste comportamento, o que, como apontou Garcia (1999, p. 338), transformou-se em um instrumento *sui generis* de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente" (SARTI, 1998, p. 2).

¹¹ Em entrevistas realizadas com antigas guerrilheiras e ativistas estudantis, Álvarez registra a queixa constante de que "[...] rara vez lhes davam posições de autoridade dentro da esquerda militante. Igual os partidos políticos tradicionais, às militantes lhes encarregavam o trabalho "de infra-estrutura" da Nova Esquerda Brasileira: as mulheres cuidavam dos aparelhos, trabalhavam como mensageiras, cozinhavam, cuidavam dos doentes e feridos, e às vezes, lhes pediam para usarem seus "encantos femininos" para obter informações do inimigo. Muitas destas mulheres ressentiam estarem relegadas a posições de subordinação dentro da estrutura interna de poder dos grupos militantes" (ÁLVAREZ, 1994, p. 232).

¹² O Movimento Feminino pela Anistia foi criado em 1975, sob a liderança de Terezinha Zerbini, com o objetivo de articular as lutas e mobilizações em defesa dos presos políticos, pelo retorno dos banidos, por uma anistia ampla, geral e irrestrita. O MFA foi a primeira estruturação pública e oficial de questionamento da ditadura militar.

¹³ Sobre o movimento feminista e suas formas de articulação ver: Costa (1981), Figueiredo (1988), Alves (1980), Alvarez (1994), Soares (1994): Soares et al (1995). Para uma visão do feminismo no campo acadêmico ver Costa e Sardenberg (1994b).

¹⁴ Logo após seu ressurgir nos anos 1970, o movimento feminista brasileiro, na perspectiva de construir formas e espaços específicos de articulação, debate, reflexão, definir rumos e encaminhamentos das lutas políticas, dos vários grupos autônomos no país, sem ferir os princípios da descentralização e da organização não hierárquica entre seus membros, buscou recuperar uma antiga prática do movimento: a realização de encontros. Inicialmente sob a forma de seminários restritos ou encontros paralelos dentro das reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A partir de 1984, as feministas começaram a organizar seus encontros de forma independente, sob a responsabilidade dos grupos feministas existentes no estado onde se realiza o evento.

¹⁵ Sobre a criação do CNDM e as resistências no feminismo, ver Schumacher e Vargas (1993).

¹⁶ "A partir de 1986 centenas de mulheres camponesas saíram de seus grotões, lotaram ônibus, apinharam boléias e passaram a circular com a maior desenvoltura, pelos corredores do Congresso. Representavam uma força de trabalho até então invisível. Eram 2 milhões de Marias-ninguém: classificadas como donas de casa, não tinham registro profissional, permaneciam excluídas do benefício da Previdência e seus nomes não poderiam sequer constar dos títulos de posse ou propriedade das terras. Pois as lobistas das enxadas hoje se chamam trabalhadoras rurais. E têm seus direitos reconhecidos" (REVISTA VEJA, 1994, p. 20).

¹⁷ Essa se tornou uma prática corrente no movimento feminista na sua relação com o Congresso Nacional. Todas as ações aí conduzidas, em termos de aprimoramento legislativo, são apresentadas de forma suprapartidária. A ação do CFEMEA, uma ONG criada em inícios dos anos 1990, com o fim específico de encaminhar as demandas do movimento no âmbito do Congresso, tem se pautado por essa prática, todas as propostas

encaminhadas pelo movimento são apresentadas geralmente pela bancada feminina ou eventualmente por mais de uma deputada ou deputado de partidos distintos.

¹⁸ “As ONGs (feministas) se caracterizam por contar com pessoal profissional especializado e assalariado e, em ocasiões, com um grupo reduzido de voluntários. Recebem fundos de organismos bilaterais e multilaterais, assim como de fundações privadas (quase sempre estrangeiras), e se dedicam ao planejamento estratégico para elaborar ‘informes’ ou ‘projetos’ que influenciem nas políticas públicas ou que assessoram o movimento de mulheres, assim como oferecem diversos serviços às mulheres de baixos recursos”(ALVAREZ, 2001, p.).

¹⁹ Os Fóruns de Mulheres são organizações não institucionalizadas constituídas por entidades feministas ou setores femininos de sindicatos ou movimentos mistos e de feministas independentes existentes nas grandes cidades, responsáveis por organizar, articular e implementar campanhas, eventos e outras mobilizações feministas. Os fóruns mantêm coordenações temáticas e colegiadas que não têm caráter deliberativo ou representativo das entidades, salvo com autorização ou deliberação prévia. Hoje, os fóruns constituem-se na manifestação mais organizada do feminismo autônomo e não hierárquico.

²⁰ A questão dos recursos foi um problema enfrentado desde este momento criador da Articulação de Mulheres Brasileiras. Definida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) da ONU como o principal organismo bilateral de financiamento da Coordenação de ONGs Regionais da América Latina para Beijing, a United States Agency for International Development (USAID) estabelece como sua política que os recursos seriam repassados através de “pontos focais”, isto significava uma ONG ou um consórcio por cada sub-região. A resistência do movimento foi muito intensa, não só no sentido de que essa política implicaria uma hegemonia política e econômica de determinadas ONGs na região, mas em especial por se tratar da USAID, responsável por ter apoiado a ditadura militar brasileira e outras ditaduras da América Latina, de favorecer e financiar as práticas controlistas e a esterilização da população pobre no Brasil, em especial mulheres negras e indígenas.

²¹ Essa tática significava que enquanto as feministas envolvidas no processo esperavam influenciar os “textos” reais dos relatórios governamentais e documentos da ONU, muitas viam o processo de Beijing como um “pretexto”, uma oportunidade excepcional para mobilizar, rearticular o movimento em suas bases e ao mesmo tempo promover debates públicos sobre a subordinação feminina, denunciar as condições de vida das mulheres e garantir políticas especiais. (ÁLVAREZ; FRIEDMAN; BECHMAN, 2003).

²² Os Encontros Feministas Latino-Americano e do Caribe foram realizados com as seguintes características:

I Encontro, realizado em Bogotá, na Colômbia, em 1981; com 230 mulheres. Foi um encontro de reconhecimento, descobertas, trocas e afetividades; com 670 participantes), teve como eixo a discussão sobre o patriarcado e a reafirmação do status teórico do feminismo;

III Encontro em Bertioja, Brasil, em 1985 ; com mais de 1000 mulheres. Vivenciou-se a resistência contra formas estruturadas de organização, assumindo a subjetividade das mulheres.

IV Encontro em Tasco, México, em 1987; com 1500 mulheres. Expressa a diversidade, o enfrentamento com os novos feminismos e novas feministas;

V Encontro em San Bernardo, Argentina, em 1990; com aproximadamente 3000 mulheres. Foi o menos ideologizado, sem grandes teorias, interessado em responder e definir estratégias específicas ante a problemáticas concretas.

VI Encontro, em El Salvador, em 1993. Foi o que primeira vez definiu cotas de participação por países, revelando tensões entre militantes autônomas e institucionalizadas. Criticou a influência dos organismos de cooperação internacional e instâncias multilaterais sobre a priorização de agendas;

VII Encontro em Cartagena, Chile, 1996; com 700 participantes. Houve acirramento da tensão anterior. A relação com o Estado, a debilidade das agendas feministas, o processo de Beijing e a hegemonia das autônomas ali foram tratados..

VIII Encontro em Juan Dolio, na República Dominicana em 1999; com 1300 mulheres. Houve predomínio do feminismo light, ligado mais às vertentes culturalistas e um clima de reconciliação e não-enfrentamento.

IX Encontro na Costa Rica, em 2003; com 835 participantes. Seu tema central foi a resistência feminista à globalização

X Encontro será realizado em São Paulo, Brasil em novembro de 2005.

Sobre os Encontros latino-americanos ver ÁLVAREZ (1994), (2003); ÁLVAREZ, FRIEDMAN e BECKMAN (2003); VARGAS (1999); STERNBACH; ARANGUREN; CHUCHRYK (1994).

²³ No Brasil, além da recentemente criada Secretaria Nacional de políticas para Mulheres, com caráter de ministério, Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos das Mulheres, Coordenadorias, Delegacias Especiais de Atendimento etc. vem sendo criados desde 1982.

²⁴ “feminista institucionalizada” é a forma pejorativa que as auto-identificadas como feministas autônomas nomeiam aquelas engajadas nas agencias bilaterais e multilaterais, nos organismos estatais e as profissionais de ONGs feministas.

²⁵ No Brasil, ao contrário da maioria dos países latino-americanos onde houve uma demarcada concentração de forças, recursos e informação, o processo de Beijing não favoreceu a hegemonia de uma ONG específica. A Articulação de Mulheres Brasileiras, constituída para esse fim, guardava os cuidados necessários na sua estrutura político-deliberativa para impedir a excessiva centralização. Junta-se a isso o amplo controle estabelecido pelo movimento autônomo através dos fóruns locais e das outras organizações participantes.

²⁶ O Fórum Social Mundial surge como um contraponto do Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos, na Suíça. Os Fóruns Sociais foram realizados anualmente em Porto Alegre/Rio Grande do Sul, a partir de janeiro de 2001, sendo que o IV Fórum Social Mundial foi realizado em Mumbai, na Índia, em janeiro de 2004. Seu Conselho internacional reúne hoje 112 organizações de caráter regional e mundial, entre elas nove redes feministas.

²⁷ O processo de realização da Conferência Nacional de Mulheres foi coordenado pelas seguintes redes e entidades nacionais: Articulação de Mulheres Brasileiras; Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância; Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais; Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores; Fórum Nacional de Mulheres Negras; Rede de Mulheres no Rádio; Rede Nacional de Parceiras Tradicionais; Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Secretaria Nacional de Mulheres do Partido Socialista Brasileiro; Secretaria para Assuntos da Mulher da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino; e União Brasileira de Mulheres.

²⁸ O Protocolo Facultativo adotado pela Organização das Nações Unidas em 1999, e aberto à adoção para todos os países que já fossem parte da Convenção, entrou em vigor internacionalmente em dezembro de 2000. O Brasil é parte da Convenção desde 1984. Assinou o Protocolo em 13 de março de 2001, e o ratificou em 28 de junho de 2002 (AGENDE, 2003a).

²⁹ Participam deste processo as seguintes Redes e Articulações Nacionais de Mulheres Brasileiras: AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras; Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras; ANTMR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais; Comissão da Mulher da CGT – Central Geral de Trabalhadores; CNMT/CUT – Comissão Nacional Sobre a Mulher Trabalhadora da CUT; MAMA – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia; REDEFEM – Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas; REDOR – Rede Feminista N/NE de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero; Rede Nacional de Parceiras Tradicionais; Rede Feminista de Saúde – Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Rede de Mulheres no Rádio; Secretaria Nacional da Mulher da Força Sindical; UBM – União Brasileira de Mulheres.

³⁰ DOCUMENTO do Movimento de Mulheres para o Cumprimento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW – pelo Estado Brasileiro: Propostas e Recomendações. Brasília: AGENDE/CLADEM, 2002.

³¹ Sobre a manifestação desse campo de resistência em projetos de desenvolvimento ver SARDENBERG, COSTA e PASSOS (1999).